DESINSTITUCIONALIZACÃO DA INFORMACAO

Antonio Roberto F. Costa*
Junerlei Dias de Moraes**

Resumo
Institucionalizar não é só institucionalizar. Partindo das (prováveis) origens, causas e conseqüências da institucionalização na Biblioteconomia, procura-se dar explicação a um processo que atua na perspectiva oposta à gestão tradicional da informação. Aliás, um movimento que vai buscar suporte e se desenvolver, especialmente, através da práxis "libertadora" de entidades não governamentais. Porém que, antes mesmo, parece já se encontrar naturalmente impregnado às próprias práticas e lutas das classes populares, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil.

1 INTRODUÇAO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o tema "desinstitucionalização da informação" no campo da Biblioteconomia que, a princípio, guarda algumas ambigüidades. Ora, podendo ser visto como se referindo à democratização da informação, o que implicaria num processo de revolucionar o seu controle e socializar sua acessibilidade ao máximo. Ora, podendo ser concebido como relativo à descentralização da informação, representada pela substituição/ superação de mecanismos e processos tradicionais de agenciá-la.

"Talvez, não signifique nem uma coisa nem outra isoladamente, mas a sua intersecção (ainda que não seja de forma literal). Ou melhor reconhecendo, uma concepção mais completa pode ser a que busque explicações na origem da questão que o tema envolve. Como bem sintetiza Kevin Ilarris (KEVIN Harris é entrevistado ...,1991), institucionalizar não é só institucionalizar.

Talvez, também, seja imprescindível considerar um ponto fundamental - o contexto dessa desinstitucionalização. Como há de se convir, a sua implicação nos países desenvolvidos não está nas mesmas proporções que as nações subdesenvolvidas. Os problemas informacionais destas, em suma, são extremamente maiores e diferentes dos daqueles.

* Aluno do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB
** Aluno do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB

O que se pretende demonstrar, aliás, é que parece muito mais viável se pensar em desinstitucionalização da informação em países como o Brasil do que nos Estados Unidos ou na Inglaterra, onde o tema vem recebendo maior atenção. Lá, as instituições que lidam com a informação lograram uma tradição e legitimidade social - que lhes conferiu, sem dúvida, algum peso político - bem superior ao auferido no caso brasileiro - que, praticamente, nem ao menos garantiu uma importância razoável ao nível cultural.

1.1 ORIGENS

Conforme Lancaster (1983, p.1), a Biblioteconomia é considerada a mais institucionalizada das profissões. A sua evolução está direta e dependentemente relacionada à uma instituição, cuja identidade é a biblioteca. O fato é que o ensino da Biblioteconomia teve início - e ainda se mantém, de alguma forma, hoje em bibliotecas. E a maioria das entidades educacionais e profissionais recebem a denominação de escolas ou associações de bibliotecas e não de bibliotecários.

> No mínimo - destaca o autor - há uma razão muito patente para esta situação. As bibliotecas existiram antes dos bibliotecários. Além do mais, por vários séculos, os bibliotecários não eram mais que guarda ou curador de materiais. O bibliotecário como provedor de alguma forma de serviço profissional é comparativamente considerado como um novo fenômeno.

A instituicionalização da Biblioteconomia, segundo Lancaster, foi primeiramente questionada por Vincent Giuliano, em 1969. Utilizando uma analogia entre a Biblioteconomia e a Medicina, ele demonstrou o quanto uma atividade (sobretudo de prestação de serviços à comunidade) pode transcender a órbita institucional. De sorte que, acrescenta Lancaster (1983, p. 2), "não se justifica definir a Biblioteconomia moderna como "o que ocorre em uma biblioteca", da mesma maneira como não se justifica definir Medicina como o que ocorre em um hospital.

O processo de desinstitucionalização na Biblioteconomia - que vem de encontro com a dependência da profissão à biblioteca e contribui para o desenclausuramento do profissional, à busca do público potencial que deve servir - não é novo. Lancaster observa que, no passado, alguns profissionais já exerciam suas funções fora do âmbito da biblioteca. Ele cita como exemplo os bibliógrafos de assuntos filiados à biblioteca da universidade alemã que, no início do século, trabalhavam diretamente nos departamentos correspondentes à sua própria área de especialidade.

Por outro lado, ' tem havido certo nível de experiências alusivo a ' bibliotecários flutuantes ' no cenário da biblioteca pública. Recentemente, tais experiências têm amadurecido em direção à ' equipe da biblioteca ', um conceito emergido dentro do movimento de biblioteca pública no Reino Unido. Na equipe bibliotecônoma, a biblioteca é operada por não-profissionais, enquanto os profissionais trabalham fora da biblioteca, relacionando-se diretamente com o povo a que deve servir." (LANCASTER, 1983, p. 3)

Lancaster, no entanto, prefere apontar o processo de desinstitucionalização na Biblioteconomia como mais fortemente relacionado às modificações provocadas pelas inovações tecnológicas (da informática e telecomunicações). Ele entende que o futuro da biblioteca será, na melhor das hipóteses, de ocupar um papel secundário.

> Isto é, as pessoas terão muito pouca razão para visitar a biblioteca com a finalidade de obter acesso aos recursos informacionais. Acredito que seja altamente significativo o proprietário de um computador doméstico ou o dono de uma casa que tenham à disposição determinadas formas de televisão interativa manterem a mesma situação, o acesso relacionado às fontes de informação eletrônica, como se as bibliotecas estivessem somente na década passada. (LANCASTER, 1983, p. 5-6)

1.2 RAZÕES

A desinstitucionalização no Reino Unido também envolve as novas tecnologias, mas parece está mais especialmente relacionada à questão social. Ali, a desinstitucionalização da informação é, sobretudo, parte de um trabalho voluntário e comunitário que se destina a capacitar os setores menos favorecidos da população (as minorias étnicas, por exemplo) a ocupar um melhor espaço junto à sociedade.

Como explica Kevin Harris, dá-se ênfase à desinstitucionalização principalmente por dois motivos. Em primeiro lugar,

> as instituições tendem a fechar-se em torno de si, enquanto algumas vezes é necessário fazê-las cumprir o seu verdadeiro papel para o qual foram criadas. Institucionalizar é mais do que institucionalizar. Em segundo lugar, a Biblioteconomia evidencia um tal grau de institucionalização que eu considero inaceitável porque chega a ser conivente com as forças que perpetuam a desigualdade social. (KEVIN Harris é entrevistado...,1991, p. 122)

Dessa maneira, o processo de desinstitucionalização da informação no Reino Unido é bem complexo, tendo como parâmetros duas implicações. Por um lado, não se pode considerar que a biblioteca enquanto instituição se constitua em um mal maior, a exemplo do que acontece em países subdesenvolvidos. Pelo contrário, por tradição ela desenvolve um trabalho que envolve significativo contingente da população e, por isto mesmo, é reconhecido como de interesse efetivamente público.

Por outro lado, é preciso levar em conta as mudanças na ordem econômica internacional, que atingem também os países desenvolvidos, pois já se tornaram substanciais os efeitos danosos do crescimento progressivo das demandas sociais. De modo que o setor comunitário e voluntário no Reino Unido, está sob intensa pressão:

> Primeiramente, a recente política social tem exacerbado uma série de problemas sociais (moradia, pobreza e desemprego...) que resulta em demandas extras às agências de ajuda social. Em segundo lugar, os políticos começam a submeter o setor às leis do mercado, obrigando às agências a investir mais tempo e recursos na administração, uma vez que os recursos financeiros disponíveis estão minguando. O papel do governo local, a fonte de renda principal para as organizações comunitárias e de voluntariado, tem sido sistematicamente reduzido pela política do governo central, embora, como resultado, a maioria dos grupos e de organizações comunitárias tenha desaparecido. (KAVIN Harris é entrevistado..., 1991, p. 122)

1.3 VIAS DE EFETIVAÇÃO

Os problemas que afetam o trabalho comunitário e de voluntariado e, por extensão, a desinstitucionalização da informação - no Reino Unido, praticamente, são os mesmos que atingem as instâncias que tendem transcender o caráter tradicional das instituições (sobretudo estatais) em várias partes do mundo. É o caso das Organizações Internacionais Não Governamentais (ONGs), que englobam hoje cerca de 20 mil entidades, contra pouco mais de 170 no início do século.

Num plano mais global, as ONGs funcionam como um corpo politico-diplomático paralelo, pressionando e influenciando as tomadas de decisões governamentais, sobretudo ao nível da economia e das relações exteriores. Além de oferecer oportunidades de cooperação e de um relacionamento menos desigual entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as ONGs perseguem formas próprias e alternativas de educação para uma nova cidadania. Ou seja, ao mesmo tempo que é fundamental, também é bastante complexa a tarefa a ser cumprida por essas entidades:

> Privilegiar uma sensibilidade que não foi apropriada pela ordem estatal e não desenvolvida até as últimas conseqüências pela ordem intergovernamental é a tarefa das ONGs neste final de século, resgatando o particular, o efêmero e mesmo o fortuito, com os processos e eventos específicos salientando a participação de agentes e atores como sujeitos e não como objetos do funcionamento e da expansão de um sistema. (BRIGAÇAO, 1991)

As ONGs, pretendem, dessa maneira, cobrir um amplo campo do conhecimento e da atividade humana, desde o comércio, a religião, as artes e as ciências, à defesa do meio ambiente (1) e dos direitos individuais. Neste último, a atuação mais destacada, sem sombra de dúvidas, tem sido a da Anistia Internacional, que surgiu em 1961, e até hoje sobrevive à base de doações pessoais, guardando assim independência de qualquer facção, governo ou sistema político.

Presente em mais de 150 países, a Anistia representa, hoje, um movimento que envolve cerca de 1.100 mil adeptos. O trabalho que empreendem para prevenir violações contra os direitos fundamentais da pessoa humana tem privilegiado quatro pontos, principalmente: preservar a total liberdade de consciência dos prisioneiros; assegurar, favorecer e propor julgamento a presos políticos; lutar pelo fim da pena de morte, tortura e outros tratamentos cruéis; além de tornar sem efeito execuções extrajudiciais.

Com vistas a atingir tais objetivos, a Anistia forma uma vasta rede de comunicação que, apoiada em um sistema que inclui serviço postal, telefone, telex, fax, correio eletrônico e contato direto, garante o conhecimento simultâneo dos fatos e a publicidade constante através dos meios de comunicação. Para tanto, cada grupo fica responsável pela aproximação de sua comunidade com a mídia local, as seções nacionais intermediam a relação com a mídia dos respectivos países e, por seu turno, a Secretaria Internacional se encarrega dos contatos com a mídia transcontinental.

A circulação e publicação de sua mensagem são consideradas, portanto, "essenciais" pela Anistia Internacional, reconhecendo nelas os principais elementos responsáveis pela boa imagem, credibilidade e repercussão de seus esforços junto à opinião pública:

> Um público informado e insatisfeito pode pressionar os governos a reverem suas políticas e passarem a proteger os direitos humanos. Em muitos países, a publicidade estrangeira tem sido acompanhada pela concessão de anistia, melhoria das condições de prisão, abertura de caminhos à substituição da pena de morte e investigação dos assassinatos cometidos por esquadrões da morte'. (AMNESTY INTERNATIONAL, 1992a, p. 50)

2 VERSAO BRASILEIRA

No Brasil, as organizações não governamentais (ONGs) se desenvolvem acompanhando ou mesmo refletindo o próprio crescimento dos movimentos populares. Destacam-se, assim, principalmente por manterem uma forte relação com os grupos de base e, em sua grande parte, apoiar-se no uso do instrumental teórico e metodológico da educação popular.

Citando C.R. Fernandes, Lovisolo (1990, p. 59) ressalta que o movimento de educação popular, que teve seu auge na primeira metade dos anos 60, foi incorporado à linguagem" de muitas ONGs:

> [...] Fernandes aponta entre algumas de suas características: origem dos anos 50 e proliferação nos 60; pessoal recrutado nas universidades, Igrejas, partidos e/ou organizações de militância política de esquerda; alternativas aos modos de ' fazer ' da universidade, partidos e Igrejas; perfil secularizado embora vinculadas à Igreja; hegemonia da Igreja Católica Romana entre as ONGs representaram uma alternativa para as esquerdas à luta armada; linguagem pragmática de projetos na ida ao povo das ONGs [...] As ONGs que se definem como a serviço do movimento popular têm na educação popular a maior incidência, compondo 50% da amostra.

O município, de acordo com Oliveira Neto (1990), é o espaço privilegiado na luta pela denocratização (e, aí, incluiríamos a desinstitucionalização da informação), porque é nele que se dão concretamente experiências de participação popular e a maior interação entre as ONGs, os movimentos sociais e o governo local. Segundo ele, apesar das adversidades, sejam de caráter estrutural, sejam de caráter conjuntural, há mudanças importantes ocorrendo em vários setores da vida nacional.

No quadro político, devem destacar-se as mudanças introduzidas pelas administrações progressistas, que impelem outras forças políticas a desenvolverem novos processos de participação popular; no contexto dos movimentos de base, a luta coletiva por direitos sociais reforça a necessidade de reconstruir os laços de convivência, identidade social e cidadania; e, no âmbito das ONGs, cresce a exigência de maior capacitação dos quadros, articulação e integração de ações e presença efetiva junto ao Estado, buscando, sempre que possível, inserir na administração princípios metodológicos da educação popular.

Concluindo, Oliveira Neto (1990, p. 12) assevera que um dos pressupostos básicos para a democratização deve ser "a criação de canais efetivos de acesso à informação e instâncias de codificação. A partir daí, a participação popular poderá ocorrer de forma consciente e real".

É o que acredita, também, uma das entidades mais respeitadas hoje na América Latina - o *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas*. O Ibase, que é organização não governamental, sem fins lucrativos nem vinculação partidária ou religiosa, tem prestado inúmeros serviços de pesquisa e assessoria a movimentos de base, na busca de concretizar, progressiva e extensivamente, um objetivo fundamental muito claro: "colaborar, através da socialização da informação e do conhecimento, para a construção de uma sociedade democrática".

O Ibase é uma das 50 organizações que há anos vêm operando com serviços de informação automatizados e que, em 1989, formaram a ALTERNEX. O sistema, que constitui uma rede alternativa e não comercial de computadores, serviu para tomar mais fácil, instantânea e economicamente viável, o intercâmbio das ONGs em todo o país, como também para sua vinculação a redes similares existentes em outras nações ou regiões.

Como acentua Garrison (1989, p. 46), o potencial para comunicações mais, intensas e eficientes entre as ONGs brasileiras e suas congêneres internacionais já havia sido demonstrado em 1988. Particularmente naquele ano, "quando Chico Mendes, seringueiro e líder comunitário, foi assassinado. A notícia de sua morte numa área remota do Amazonas foi recebida por milhares de grupos em todo o mundo em questão de minutos."

3 O CONTRA-ATAQUE

O esforço para educar o povo comenta, Milanesi (1986, p. 177),

> foi ação forte após a Independência e a República, dois momentos de preocupação com a nacionalidade, instantes que marcavam novos rumos e a preocupação com a construção do país. Curiosamente, bibliotecas nunca estiveram ligadas a esse esforço, sempre vistas como não prioritárias. É difícil para qualquer cidadão considerar, publicamente, a biblioteca como uma instituição supérflua, mas, de fato, acaba sendo porque as verbas terminam sempre antes da concretização de projetos que dariam novas dimensões a elas. A instituição é necessária, mas existem necessidades maiores num país pobre. Esse raciocínio fez surgir em cada cidade brasileira uma série de entidades públicas e oficiais, incluindo as cadeias. A biblioteca quase sempre não estava incluída. As escolas, sim, tiveram estímulos, ainda que sempre aquém das necessidades e de tal forma que o quadro educacional brasileiro é visto como precário, pleno de carências. As bibliotecas, sem estarem ligadas diretamente ao ensino público, acabaram presas à esfera da cultura, algo vago e sem tradição nas atividades administrativas do país.

Como há de se convir, fica difícil vislumbrar a biblioteca como uma instituição consolidada no Brasil. A sua função social é mínima, pois, em geral, está voltada para a pequena parcela da população (os letrados) e, como bem sentencia Milanesi (1986), a maioria (os analfabetos e semiletrados) "não tem muito o que fazer numa biblioteca tradicional". Como diria Chauí (1990, p. 7), a biblioteca constitui eminentemente um espaço do "discurso competente":

> O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que sejam permitido, falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Essa situação faz surgir, então, um movimento popular de documentação, informação e comunicação que atinge toda América Latina e vai ser marcante, principalmente, nas duas últimas décadas. Conforme explica Rocha (1990), citando P. Pontual, historicamente, no Brasil, os centros que encampam tal projeto, surgem após o golpe militar de 64, na perspectiva de apoiar e contribuir numa conjuntura de resistência e tentativa de rearticular as lutas e organizações populares, tão duramente reprimidas com a irrupção do regime autoritário. Desenvolvendo-se fora da órbita do Estado, muitas vezes, a partir de iniciativas incipientes e fragmentadas, esses centros tornam-se uma das únicas alternativas à míltância política e de trabalho educativo para aqueles que continuaram engajados à causa popular.

Como denomina Andrade (1989), os *Centros Populares de Documentação e Comunicação* (CPDCs) terminam, então, por configurar-se em alternativa à atuação estatal (tradicional) e da indústria cultural (massificante) e, como conseqüência, imprimem uma nova mentalidade em relação aos órgãos e serviços de documentação, informação e comunicação.

> Fazendo um contraponto com as instituições semelhantes que teriam o papel social de lidar com a informação e a documentação, no caso as bibliotecas, o que logo salta aos olhos é a gritante diferença ideológica de percepção da função social da documentação entre os dois tipos de instituição, bem como as maneiras de trabalhar com a informação e a sua comunicação. Colocam-se em papéis diferentes no mundo, e esta compreensão determina práticas diferenciadas. (ANDRADE, 1989, p. 128)

Na opinião da autora, algumas características em especial distinguem muito bem os CPDCs dos centros tradicionais. Em primeiro lugar eles surgem com base na preocupação de estabelecer ou mesmo fortalecer uma comunicação alternativa, dentro do ideal de uma informação elaborada pelas e para as classes populares. A intenção é possibilitar, a um só tempo, o registro, a divulgação e o intercâmbio da mensagem contida na história das lutas destas classes, colocando-a a serviço dos seus próprios projetos de vida.

Em segundo lugar, há uma diferença fundamental na composição dos membros e do público dos CPDCs. Por um lado, além de representar um espaço efetivo de militância política, os Centros apresentam-se como instrumentos especiais de informação, pesquisa e capacitação a uma série de ativistas progressistas (agentes de pastoral, líderes comunitários e sindicais, militantes de partidos políticos, estudantes, pesquisadores etc.). Por outro, o que destaca a natureza das pessoas que constituem o público dos CPDCs é uma representatividade com base, sobretudo, no interesse coletivo. Isto é, a intenção de buscar ali subsídios para solucionar problemas relativos à entidade, ao movimento, à comunidade como um todo.

Em terceiro lugar, os CPDCs possuem uma proposta política bem definida e diferenciada da tradicional. Ela se mostra antagônica aos interesses dominantes não só ao nível do discurso e da ideologia, mas particularmente ao nível da prática, desenvolvendo atividades concretas junto às classes populares, no sentido de potencializar substancialmente (com informações precisas, articulação de membros e adeptos, arregimentação de apoio público) suas lutas e movimentos por transformações sociais.

> No campo da Biblioteconomia - conclui a autora - pude comprovar que os CPDCs realizaram um trabalho que pretende suprir a falta de agências capazes de corresponder aos interesses populares relativos à documentação e comunicação. Excetuadas algumas soluções e práticas documentais diferenciadas, o cunho realmente específico que os distingue de bibliotecas tradicionais, sejam elas públicas ou especializadas, é mesmo o seu compromisso com as classes subalternas, portanto, bem mais no campo político que funcional. (ANDRADE, 1989, p. 157)

De mesma opinião, Rocha (1990, p. 27) entende que a documentação popular, que, além da educação popular, tem na Teologia da Libertação seu suporte ideológico,

> embora já manifeste uma preocupação com a questão técnica, tem um significado muito mais político, econômico e social. Trazendo, assim, para o centro da questão a luta de classes e a libertação dos oprimidos, colocando a documentação como um instrumento pedagógico para a mudança social, dentro da perspectiva das classes populares. Contrapõe-se, desta maneira, à visão da neutralidade técnica e da despolitização com que é vista a documentação tradicional, que tem marcado profundamente o pensamento e as atitudes de gerações de documentalistas e bibliotecários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, pode-se concluir que o processo de desinstitucionalização da informação caminha visivelmente em todo mundo, não como resultado direto do avanço tecnológico, mas principalmente como produto da ação de inúmeras organizações alternativas. Por esse intermédio, o trabalho das instituições tradicionais vai sendo substituído por uma atuação que busca atender, sobremaneira, as comunidades menos favorecidas que, cada vez mais, demandam a informação (econômica, política, cultural, científica, tecnológica, administrativa, jurídica, ecológica etc) como um requisito essencial às suas lutas por sobrevivência e transformação social.

O que parece acontecer é que a desinstitucionalização da informação acompanha e, ao mesmo tempo, é parte decisiva das mudanças que afetam as sociedades a nível mundial e que, na atualidade, seguem numa dinâmica e um rumo imprevistos. Conforme indica a história, pondera A. Brown, citado por Lancaster (1983, p. 12),

> durante essas tranformações as instituições que compreendem a estrutura da sociedade agonizante se desintegram e se desmoronam, uma pré-condição necessária para a construção de novas instituições da nova sociedade. As antigas instituições impedem o desenvolvimento de uma nova era, que tem novas necessidades e gente nova.

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, o processo de desinstitucionalização da informação pode parecer mais complexo dado, por um lado, a sua exigência sempre iminente e, por outro, às próprias dificuldades que se lhe interpõem. O Estado costuma administrar ou controlar diversos setores da vida nacional, em geral, em nome e a favor de uma minoria, enquanto a maioria da população tende a interferir muito pouco nos mecanismos estatais.

A isto se contrapõe o trabalho de outras instâncias, que caminham na contramão da via tradicional. Neste caso, estão os Centros Populares de Documentação e Comunicação que, atuando sobretudo junto aos movimentos representativos da maioria da população, incrementam um tipo de política mais democrática para os serviços de informação/documentação e sobre os processos de comunicação.

Seria uma forma de desinstitucionalização que, se ainda não se apresenta revolucionária, pelo menos a isto persegue.

> Ao que tudo indica, a posição que prevalece é ir fazendo algumas reformas enquanto a revolução não chega... e, quem sabe?, até criando condições, com as reformas, para que a ação revolucionária possa acabar surgindo como viabilidade irreversível. (MILANESI, 1986, p. 19)

A conclusão a que se chega, entretanto, é um pouco diferente das deduções anteriores. As evidências parecem muito claras para se acreditar que a desinstitucionalização da informação já constitui-se em um fenómeno inerente ao contexto brasileiro, particularmente.

Na verdade, em quase toda a história do país, as instituições encarregadas de documentar e divulgar a informação nunca desempenharam um papel que, à sociedade sobressaísse como indispensável. O que é fruto de um projeto burguês anti-revolucionário que, por natureza, acontece 'fora do lugar' (desde sua origem, praticamente nenhuma biblioteca brasileira foi implantada como resultado efetivo de uma aspiração e participação populares) e que jamais se prestou a integrar a maioria da população ao desenvolvimento ou, melhor dizendo, à própria modernização do país.

Por isto mesmo, dificilmente se pode perceber a biblioteca como uma instituição de fato no Brasil, quando ela nunca cumpriu uma função relevante ou mesmo tem cumprido muito mal seu papel tradicional. O problema é que, talvez, a burguesia e a classe política

dominante sempre reconheceram nela um instrumento simbólico (a idéia institucional da cultura) e, quando no máximo, um elemento a mais dentro da estratégia de ação pública populista (a institucionalização do assistencialismo).

Por sua vez, a maioria da população tende a dispensar à biblioteca uma indiferença quase absoluta. Primeiro não a incluindo como uma de suas principais necessidades, deixando-a simplesmente de fora das suas lutas político-sociais. Segundo, desprezando-a como fonte de informação, pois não vislumbra ali o mínimo de referencial que realmente possa lhe interessar, seja-lhe fácil decodificar e com ela se identificar.

Mais importante, contudo, é reconhecer que já é de certa forma natural da prática do povo a desinstitucionalização da informação. Ele vive a articular seus próprios mecanismos de informação e comunicação, que os tem acompanhado praticamente ao longo de toda sua vida histórico-política e sócio-cultural.

O fato é que essa ação popular de informação/comunicação nunca parece estar ausente do cotidiano e das lutas das classes subalternas fazendo frente às estratégias de hegemonia das classes dominantes, seja em períodos mais democráticos, seja mesmo em períodos autoritários de extremo controle e repressão.

Nestes últimos, particularmente, as classes populares

> desprezam os mecanismos institucionalistas na busca de meios que respondam mais rapidamente às suas necessidades. Criam novos canais e formulam conteúdos próprios (se bem que estes canais sejam efêmeros e estes conteúdos ambíguos), que surgem como alternativos aos canais formais, na própria prática de ação popular. Surgem como respostas mobilizadoras (portanto, ofensivas) destes grupos frente ao bloqueio de outros canais institucionais de representação (sindicatos, partidos, etc.) (MOTTA).

Entretanto, se a ação, em meio a todo um movimento popular, descambar para uma forma de caráter institucional, talvez não há porque desacreditar. Como sugere Gohn (1988, p. 41), neste caso, a institucionalização deve ser encarada "como uma exigência burocrática necessária para criar uma identidade jurídica ao movimento, delimitando-lhe um **espaço político dentro da sociedade civil"** (sic). E, mais adiante, ensina/insinua ela:

> A institucionalização dos movimentos dentro da sociedade civil (e fora da sociedade política) corresponde a um momento de fortalecimento e crescimento de estruturas embrionárias de poder e gestão popular. Criam-se condições de operacionalização de políticas e projetos que equacionem as demandas populares, segundo uma ótica que contemplem os seus interesses. A institucionalização não será um objetivo em si para se apropriar de algum espaço de poder, mas será apenas (sic) uma medida de caráter formal para criar uma equivalência de força dentro das regras estabelecidas pelo jogo político. É um momento e, enquanto tal, deverá ser superado no decorrer do processo.

THE DESINSTITUTIONALIZATION OF INFORMATION

Abstracts

To institutionalise is not merely to institutionalise. Taking the origins, causes and consequences of the process of institutionalisation of the Library Sciences as the starting point, we seek to provide an explanation for a process which acts in a

manner contrary to the traditional management of information. The process is based on and takes strenght from the liberatory praxis of non-governmental organisation (NGOs). However, even before its emergence in this context, it appears that it naturally permeated the practices and struggles of the popular classes, particularly in developing countries like Brazil.

NOTA

(1) A ecologia se afigura, cada vez mais, como um dos campos mais importantes de atuação das OGNs, neste fim de século. Demonstração de peso foi a presença de, aproximadamente, 5.000 organizações na co-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho último, no Rio de Janeiro. Além de articular um evento paralelo - o Fórum Global, elas conseguiram montar o maior lobby da conferência, com representantes credenciados junto ao encontro oficial, que acompanhavam e tentavam influir nas decisões dos chefes de Estado. Se os resultados não foram os tão almejados, o evento serviu pelo menos para acontecer "a primeira reunião mundial da fauna ecologista desde a conferência ambiental de Estocolmo, em 1972, quando o movimento ainda carregava a marca do descompromisso hippie que valeu ao encontro o apelido Woodstocolmo. Nesses vinte anos as ONG amadureceram. Tornaram-se em muitos casos verdadeiras multinacionais do verde, com ramificações pelo mundo afora. Ganharam um poder político que as torna cada dia mais influentes na vida dos países, através de partidos verdes ou de grupos dedicados a uma guerrilha nova: a defesa do planeta. A mais famosa dessas organizações, o Greenpeace, contabiliza entre seus 5 milhões de filiados nada menos que 1,4 milhão de holandeses, 10% da população do país (no Brasil, o maior partido político, o PMDB, tem quase 800.000 filiados)" (GUERREIROS do verde..., 1992, p. 87-88).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMNESTY INTERNATIONAL. **Handbook**. Londres: Amnesty International Publications, 1992a. 147 p.

_____ **Policy manual 1992**. Londres: Amn esty International Publications, 1992b. 65p.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. **Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação**. São Paulo, 1989. 202 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 1989.

BRIGAÇÃO, Clovis. O mundo na era kantiana. **Jornal do Brasil**, Idéias/Ensaios, 1,4 jul. 1991.

CIIAUI, Marilena. O discurso competente. In:_____**Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990. 309 p. p. 3-13. (Biblioteca da educação, 6. Filosofia, 2).

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set.1983.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In:_____**A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984. 96 p. p. 25-41 (Polêmicas do nosso tempo, 4).

GARRISON, John. Computadores unem ONG em todo mundo. **Desenvolvimento de base**, Rosslyn (EUA), v. 13, n. 2, p. 45-46, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Participação e gestão popular na cidade. **Serviço Social e**

Sociedade. São Paulo, v. 9, n. 26, p. 25-47, abr. 1988.

GUERREIROS do verde; com milhões de filiados no mundo inteiro, as ONG abrem os braços para proteger a vida no planeta. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 86-90, 3;6/92.

KEVIN Harris é entrevistado por alunos do curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. l, n. 1, p. 120-125, 1991.

LANCASTER, F.W. A biblioteconomia futura: preparando para uma carreira não-convencional. **Wilson Library Bulletin**, p. 747-753, may. 1983. Trad. Maria de Lourdes de A. Melo. 12 p.

LOVISOLO, Hugo. **Educação popular**: maioridade e conciliação. Salvador: OEA/UFBA/EGBA, 1990. 295 p. (Cidadania).

MELO , José Marques de . **Comunicação**: direito à informação; questões da Nova e da Velha República. Campinas: Papirus, 1986. 152 p.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**; centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261 p.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Cultura de resistência e comunicação alternativa popular do Brasil. mimeo (Texto homônimo foi publicado em **Comunicação & política**, Rio de Janeiro, v. l, n. l, mar. 1983).

OLIVEIRA NETO, Valdemar. Organizações não-governamentais, movimentos sociais de base e poder local. **Cadernos GAJOP**: direitos humanos, Recife, n. 8, p.09-12, 1990.

ROCHA, Maria Mercêdes Otero. **Documentação e movimento popular**: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular - Recife. João Pessoa, 1990. 150 p. Dissertação. (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraiba, 1990.